

Evitar problema cambial, objetivo do corte de 80%

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ao impor o drástico corte de 80% nas despesas públicas até 15 de março, o governo Figueiredo tenta evitar que o presidente eleito, Tancredo Neves, assuma o poder com ameaça de "desconforto cambial", decorrente de uma suspensão da parcela de empréstimo do FMI em março e de protelação no fechamento da renegociação plurianual da dívida externa com 700 bancos credores.

A explicação foi dada por categorizada fonte oficial, que confirmou ter o secretário da receita federal, Francisco Dornelles, apontado como futuro ministro da Fazenda, sido previamente comunicado da decisão de corte nos gastos públicos, o que acumula a necessidade de liberação de recursos no início do governo de Tancredo Neves.

Com a medida, o Tesouro Nacional deve registrar um superávit de Cr\$ 1,5 trilhão este mês, decorrente de receitas de Cr\$ 6,5 trilhões, menos despesas de Cr\$ 5,0 trilhões. Neste mês, só está garantida a liberação de Cr\$ 800 bilhões para o pagamento de débitos da administração direta no exterior; de Cr\$ 2,2 trilhões para o gasto com pessoal; e mais Cr\$ 2,00 trilhões de transferências de recursos para os Estados e Municípios.

ACORDO COM O FMI

Em decorrência da excessiva expansão monetária de 38% em dezembro e do estouro na meta nominal do déficit público — em consequência da inflação de 230%, quando a meta prevista era de 194% — o governo brasileiro comprometeu-se com o FMI a fazer uma compensação neste primeiro trimestre.

Uma missão do FMI virá nos próximos dias ao Brasil, para saber o que de fato ocorreu no final de 1984, que resultou nos estouros. Voltará a Washington para fazer um relatório, que permitirá à diretoria conceder ou não *waiver* (perdão) ao Brasil, pelo não cumprimento das metas. Se o *waiver* não for concedido, a parcela de US\$ 400 milhões não

será liberada em março, conforme o previsto.

Isso vai complicar a aprovação do programa de 85 que, por sua vez, é condição imprescindível para que os bancos credores aceitem fechar o acordo de renegociação da dívida externa. A vinda da missão do FMI ao Brasil ainda não está marcada e, desta vez, não contará com a presença da chilena Ana Maria Jull. Também não está marcada a reunião de diretoria do FMI para examinar a sétima Carta de Intenções, que foi enviada no começo de janeiro.

CORTE NECESSÁRIO

Assim, as autoridades econômicas explicam que só houve mesmo uma saída: mostrar ao FMI que o cumprimento de compromissos pode ser feito pelo Brasil. Os resultados são animadores: em janeiro, não houve expansão monetária, conforme indicam as estimativas preliminares e, para este mês, espera-se o mesmo. Em compensação, os bancos federais não vão emprestar e as empresas estatais terão que economizar drasticamente para obter superávit, que será utilizado na compra de títulos públicos.

Não foi fácil a adoção do corte de 80% nos gastos públicos neste primeiro trimestre. Na reunião de quarta-feira, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, sob o comando do ministro interino da Fazenda, Mafson da Nóbrega, pelo menos um secretário-geral levantou-se com a seguinte argumentação: por que o governo Figueiredo sofrer desgastes, não liberando os recursos, e deixando que a oposição fature com isso em março? Nem mesmo a explicação do compromisso com o FMI o convenceu.

De fato, uma fonte do Ministério da Educação e Cultura confirmou que o Ministério da Fazenda tem mostrado extrema rigidez na liberação dos recursos, tanto que de Cr\$ 350 bilhões previstos para a compra de merenda escolar neste trimestre serão liberados apenas Cr\$ 90 bilhões. Alguns ministérios tentaram ter verba liberada para fazer compras para o ano todo.



Dornelles, virtual ministro, foi comunicado previamente

Arquivo